

# *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana

Manuela MARTINS - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga (Portugal)

Luís FONTES - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga (Portugal)

## I. Introdução

A criação do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, em 1976, permitiu a realização de largas dezenas de escavações na área urbana de Braga, que forneceram um importante acervo de dados arqueológicos susceptível de alterar a imagem fornecida pela historiografia tradicional relativamente às cidades romanas do NO hispânico.

Entre os contributos mais relevantes da arqueologia para o conhecimento da cidade de *Bracara Augusta* contam-se aqueles que se referem ao seu urbanismo, às características da sua arquitectura (Martins, 2004; 2005), às necrópoles (Martins *et al*, 1989-90), mas, também os que permitem esboçar a evolução topográfica da cidade entre a sua fundação e a Antiguidade Tardia. Foram também os dados arqueológicos que possibilitaram uma primeira aproximação à economia da cidade, através das actividades produtivas e das importações (Cruz, 2000; Morais, 2005), bem como da circulação monetária (Zabaleta Estévez, 2000; Amaral, 2007).

O conjunto dos dados arqueológicos disponíveis permite considerar que *Bracara Augusta* terá atingido a sua máxima expansão nos inícios do século II, com a construção de edifícios públicos de prestígio, designadamente de umas termas (Martins, 2005), de um teatro (Martins *et al*, 2006) e de um anfiteatro (Morais, 2001). Por outro lado, as áreas ocupadas pelas necrópoles, bem como a existência de edifícios e construções com uma orientação diferente daquela que caracteriza a malha ortogonal original, demonstram que a cidade se expandiu muito para além da área inicialmente planificada.

Nos finais do século III / inícios do IV a cidade foi fortificada com uma poderosa muralha (Lemos *et al*,

2007) que deixou de fora construções que continuaram a ser utilizadas, como aconteceu com alguns sectores artesanais e outros edifícios que definiam uma periferia densamente ocupada (Carvalho, 2008).

Promovida a capital da província da Galécia criada por Diocleciano, *Bracara Augusta* conheceu um importante florescimento como cidade administrativa e como sede de bispado, facto que é perceptível nas importantes remodelações registadas em vários edifícios públicos e privados (Martins, 2004).

O registo arqueológico documenta que ao longo da Antiguidade Tardia a cidade sofreu alterações topográficas significativas, resultantes da construção da muralha, mas também da adopção do Cristianismo, que criou novas centralidades determinadas pelos novos espaços de culto. Ao longo dos séculos V-VII a cidade manteve a sua importância administrativa e religiosa, bem como uma activa vida económica, evidenciada por importações oriundas de diferentes partes do Mediterrâneo e pela manutenção das actividades artesanais.

Ao longo deste trabalho serão equacionados vários aspectos relacionados com a evolução urbanística e arquitectónica da cidade entre o Alto e o Baixo-império, procurando-se ainda traçar as linhas de força da sua evolução na Antiguidade Tardia.

## II. O contexto fundacional

### A - A fundação

*Bracara Augusta* foi uma das três cidades criadas por Augusto no NO peninsular, no fim das guerras cantábricas, tendo em vista a reorganização política e

administrativa dos territórios setentrionais da Hispânia. No entanto, ao contrário do que se verificou com *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, que tiveram origem em acampamentos militares (Rodríguez Colmenero *et al*, 1999; Sevillano Fuertes *et al*, 2002), os dados arqueológicos apontam para uma origem civil de *Bracara*.

A fundação da cidade parece fortemente ligada ao protagonismo de *Paulus Fabius Maximus*, legado de Augusto, que pode ser considerado o patrono da cidade, referido num pedestal de estátua dedicado a Augusto pelos *bracaraugustani*, datado entre os anos 4 e 2 a.C. (Le Roux, 1975; Tranoy, 1981). A menção feita aos *bracaraugustani* identifica uma comunidade perfeitamente organizada, que se expressava em actos de carácter cívico, designadamente na construção de monumentos que honravam o imperador, facto que sugere a aceitação do culto imperial pelas elites *bracarense*s.

A cronologia da fundação da cidade permanece problemática, muito embora a generalidade dos investigadores aceite que a decisão imperial de criar os três centros urbanos do NO poderá situar-se entre os anos 16/15 a.C., aquando da presença de Augusto na Hispânia (Le Roux, 1994; Rodríguez Colmenero, 1996a; 1996b).

Problemático é também o estatuto jurídico da cidade. O facto de ser referida por Plínio como *oppidum* peregrino (H.N.4, 112) justifica que alguns autores tenham defendido a sua promoção municipal na época flávia (Alarcão, 1988; Tranoy, 1981). No entanto, a ausência de inscrições alusivas ao estatuto municipal de *Bracara Augusta* levou P. Le Roux (1994; 1995; 1996) a sugerir que a cidade terá beneficiado do direito latino logo desde a sua fundação, hipótese que parece aceitável, sobretudo se tivermos em conta a cronologia augústea que vem sendo sugerida para a criação dos conventos jurídicos (Dopico Cainzos, 1986; 1988), ainda que a sua generalização possa ter ocorrido já na dinastia júlio-cláudia (Fernández Ochoa *et al*, 1999).

O cunho ideológico e religioso que presidiu à fundação de *Bracara Augusta* (Le Roux 1975; Tranoy 1980; 1981) terá sido certamente reforçado pelas funções que a cidade desempenhou enquanto sede de convento, entre as quais se encontrava a organização do culto imperial.

Para além de funções religiosas, a cidade deteve importantes funções administrativas sobre o vasto território do convento, que se desenvolveram em simultâneo com uma intensa actividade económica, documentada pela inscrição dedicada, no ano 42, ao governador da Citerior, *C. Caetronius Miccio*, pelos cidadãos romanos que comerciavam na cidade (Alföldy, 1966; Morais, 2005). Também o registo arqueológico permite inferir um bom ritmo de



Fig. 1. Mapa da Península Ibérica com localização dos conventos e províncias romanas.

importação de produtos, que confirma a importância do comércio nos primeiros tempos de vida da cidade (Morais, 1997-98; 1998; 2005).

## B - A malha urbana

Os dados arqueológicos disponíveis permitem considerar que *Bracara Augusta* foi objecto de uma precoce planificação, que contemplou a projecção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais que se prolongavam, quer no traçado das vias que a ligavam às restantes cidades do NO e da Península (Lemos, 2002b), quer no cadastro identificado no território envolvente da cidade (Carvalho, 2008)

A malha urbana estava orientada N/NO-S/SSE e O/OSO-E/ENE, estruturando-se em quarteirões quadrados, com cerca de 150 pés de lado entre o eixo das ruas. Esta modulação, observada na zona das Carvalheiras (Martins, 1997-98), tem sido registada noutros locais da cidade, muito embora seja provável que tenha sofrido adaptações funcionais à topografia do sítio, que corresponde a uma pequena colina.

Tendo por base as ruas conhecidas, podemos considerar que a sua largura média se situava entre os 10 pés (*pertica*) e os 12 pés, possuindo o *kardus* máximo 25 pés de largura.

Na parte mais alta da cidade (189 m) situava-se o *forum* administrativo e religioso, cuja localização é sugerida pela interpretação da *forma urbis*, por uma referência impressa num mapa datado do século XVI, que situa o *forum romanorum* nas imediações da capela de S. Sebastião e pelo aparecimento nas suas imediações de grandes bases de coluna, de diferentes dimensões, sugestivas da existência de edifícios públicos.

### C - O povoamento

A importância assumida por *Bracara Augusta*, decorrente da sua função de capital de convento jurídico e do desenvolvimento das actividades económicas, determinou um rápido povoamento da cidade, testemunhado pela epigrafia e pela arqueologia.

A epigrafia documenta uma reduzida presença do meio oficial (Tranoy, 1981; Tranoy *et al.*, 1989-90), assinalando uma clara predominância de indígenas, que devem ter desempenhado um importante papel na criação da aristocracia urbana. A esse propósito são deveras sugestivas as estelas funerárias que referem os *castella* (castros) de origem de alguns indígenas que se instalam na cidade e que representariam, certamente, uma elite, igualmente ligada ao desempenho de cargos religiosos associados ao culto imperial. Assim aconteceu com *Camalo*, filho de *Melgeco*, com *Lucrecia Fida*, sacerdotisa do mesmo culto, com *Pro Nigrina*, flâmínia da província Hispânia Citerior, ou ainda com *Quintus Pontius Severus*, que foi *flamen* em Tarragona e cuja origem peregrina está testemunhada pela sua integração na tribo Quirina (Tranoy, 1981).

A importância da componente indígena no processo de povoamento da cidade pode igualmente ser aferida pela onomástica de indivíduos originários de vários *oppida* exteriores à região bracarense (Martins, 2004; Elena *et al.*, 2008).

A dispersão da cerâmica de fabrico indígena, por toda a cidade, documenta igualmente a origem de boa parte da população que nela se instalou, sobretudo na qualidade de mão-de-obra ligada às actividades construtivas e artesanais, a qual terá continuado a utilizar a sua cerâmica tradicional, pelo menos durante algum tempo.

## III. A evolução do espaço urbano

### A - A cidade do Alto Império

Mau grado o elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga, desde 1976, são escassos os vestígios construtivos que podem ser atribuídos aos períodos de Augusto e júlio-cláudio.

O único edifício conhecido, seguramente datável dos inícios do século I, localiza-se na Colina do Alto da Cidade, possuindo uma funcionalidade indeterminada (Martins, 2005). Existem ainda outros vestígios que podem ser datados entre Augusto e Tibério, entre os quais se incluem uma grande cloaca, que corre sob a rua que julgamos corresponder ao *cardo* máximo norte (Lemos *et al.*, 2000) e uma

construção residencial com pavimento de mosaico, conservado na cave da área de serviços do Museu de Arqueologia.

Apesar de serem reduzidos os dados disponíveis para caracterizar a extensão da área urbana de *Bracara Augusta*, nos primeiros tempos da sua existência, estamos certos que a cidade terá conhecido um significativo programa de obras entre Augusto e a época de Cláudio. De facto, ao escasso número de construções datáveis do período pré-flávio, contrapõem-se os materiais arqueológicos atribuíveis àquele período, constituídos por cerâmicas importadas (Morais, 1997-98) e por numismas (Zabaleta Estévez, 2000). Estes denunciam, indirectamente, pela sua dispersão, as áreas potencialmente ocupadas, que se situam em torno da zona onde se localizava o *forum* (Morais, 1997-98; 2005).

Cabe destacar que uma das mais significativas evidências da arquitectura romana fundacional é fornecida pela Fonte do Ídolo, local periférico do núcleo urbano, onde existiria um santuário indígena dedicado à deusa *Nabia*. O referido santuário foi objecto de uma importante intervenção que fez dele um monumento romano, a expensas de um imigrante, de nome *Celicus Fronto*, natural de Arcóbriga, que aí mandou esculpir figuras e gravar inscrições, que foram envolvidas por um parede de alvenaria granítica, hoje completamente desaparecido, mas cujos encaixes se conservaram na superfície frontal da fonte (Elena *et al.*, 2008).

Assim, a escassez de construções datadas do período pré-flávio poderá resultar das remodelações ocorridas nos períodos posteriores, as quais terão camuflado, ou destruído as evidências arquitectónicas mais antigas.

Este processo encontra-se bem documentado na colina do Alto da Cidade que oferece o mais antigo testemunho de arquitectura pública de *Bracara Augusta*, representado por um edifício, datável de época fundacional e de funcionalidade indeterminada (Martins, 2005), extensamente arrasado para sobre ele serem erguidas, nos inícios do século II, umas termas públicas e um teatro. Estes dois edifícios constituem os exemplares melhor conhecidos da arquitectura pública da cidade, situando-se numa zona nobre, nas imediações do local onde se situaria o *forum*.

O edifício das termas ocupava uma área quadrada, com 150 pés de lado, que incluía as zonas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra* / jardim, com características panorâmicas (Martins, 2005).

O primeiro projecto do balneário define uma construção rectangular alongada, com entrada a sul, que permitia uma circulação axial retrógrada, dominante nas termas mais antigas construídas no ocidente do Império (Nielsen, 1990; Fernández Ochoa *et al.*, 2000).

Um aspecto marcante destas termas públicas relaciona-se com as reduzidas dimensões da área coberta, que não ultrapassa 430 m<sup>2</sup>, que contrasta com a área reservada à *palaestra*, localizada a poente do edifício, que possuía 786 m<sup>2</sup> (Martins, 2005: 78). A área de banhos ocupava uma superfície reduzida, com cerca de 172 m<sup>2</sup>, sendo composta por um amplo *apodyterium*, associado a uma piscina, por um *frigidarium*, uma piscina, dois *tepidaria* e um *caldarium*.

Um dos espaços mais originais do edifício está formalizado pelo *apodyterium* aquecido, que constitui o espaço mais amplo da área de banhos. Admite-se que possa ter desempenhado funções de *basílica thermanum* (Nielsen 1990), substituindo-se à *palaestra* no Inverno.

A norte da área de banhos situava-se uma ampla zona de serviços, onde se localizava o *praefurnium* do *caldarium*, com acesso a uma pequena área lateral, a nascente do edifício, onde se encontrava o *praefurnium* do *tepidarium*.

Pelas suas características as termas do Alto da Cividade inserem-se dentro dos parâmetros conceptuais que marcaram o desenvolvimento da arquitectura romana do século I, reflectindo os padrões característicos das termas itálicas, largamente difundidos nas províncias ocidentais e setentrionais do Império (Nielsen 1990). Na verdade, estamos perante um pequeno balneário público que possuía uma importante mais valia social, configurada na sua *palaestra* panorâmica, que parece reflectir as inovações introduzidas nas termas romanas durante o século I, as quais valorizaram a interacção dos edifícios com o exterior (DeLaine 1999b; Mar, 2000).

As termas foram objecto de uma reforma, datável entre finais do século II / inícios do III. Esta intervenção manteve o carácter alongado do edifício, ampliando a sua fachada para poente e reconvertendo algumas das anteriores áreas de serviços em novos espaços afectos aos banhos. Esta remodelação, não só aumentou a área acessível aos utentes, através de um maior número de salas com carácter mais diversificado, como alterou o circuito de banhos, tornando-o mais flexível (Martins 2005:81-82).

O teatro anexo às termas, ainda em fase de estudo (Martins *et al.*, 2006), corresponde a um edifício com um diâmetro de cerca de 68,60 m. O seu muro perimetral possui 4 m de largura, facto que sugere a existência de um pórtico *in summa cavea*, com cerca de 3 m de largura (10 pés), acessível a partir de uma ou mais portas que se rasgariam no muro de fachada do teatro.

A *cavea* possuía cerca de 13,20 m de altura e foi parcialmente implantada na vertente. Dela conhece-se apenas metade da *ima cavea*, que conserva restos de cimentações e elementos articulados com

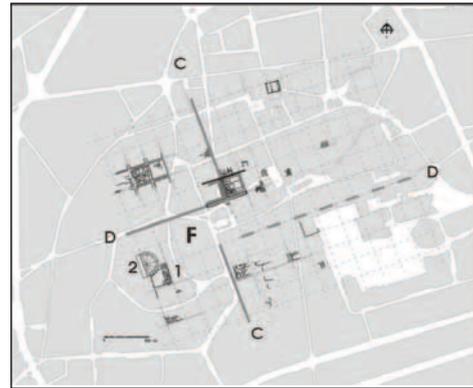


Fig. 2. Planta da cidade de *Bracara Augusta* com proposta de organização dos espaços urbanos (malha de ruas e edifícios públicos).

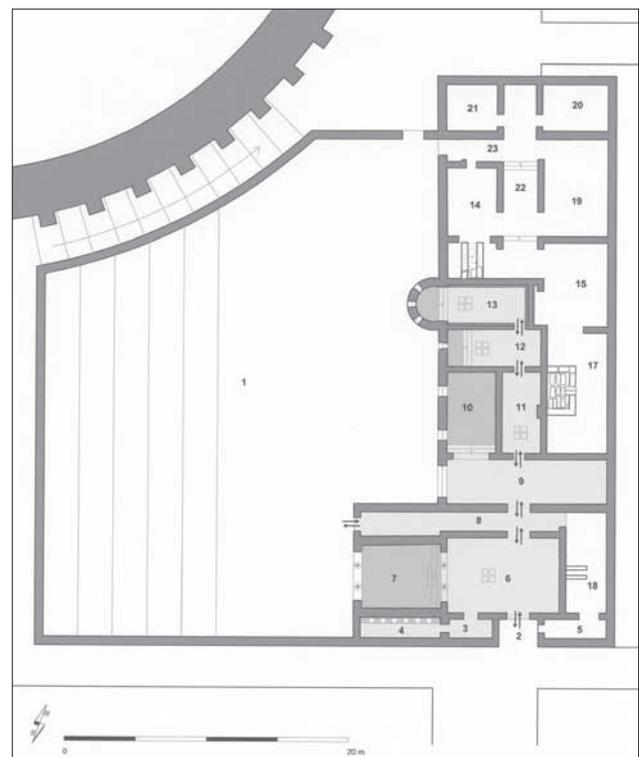


Fig. 3. Planta do edifício das termas na Fase I.



Fig. 4. Perspectiva da área escavada do teatro.

as bancadas. Um *praecintio* separava a *cavea* da *orchestra*, na qual se reconhecem cimentações de três degraus que formalizam uma *poedria*.

Entre a orquestra e o corpo cénico desenhasse o *aditus*, com 2,40 m de largura, que permitia o acesso aos assentos da orquestra, a partir da basílica identificada no limite norte da *scaena*.

Os elementos disponíveis permitem considerar que o *pulpitum* teria uma altura aproximada de 1,40 m, possuindo 6,70 m de largura, sendo limitado pelas cimentações da *scaenae frons* e pelo muro do *proscenium* que o separava da orquestra.

Tanto quanto é possível julgar pela espessura das cimentações que formavam a *scaenae frons* esta teria uma largura de cerca de 2,40 m.

Pese embora o facto do teatro se encontrar ainda em estudo, ele parece representar um exemplar canónico deste tipo de equipamentos, que se revelaram essenciais no programa urbanístico das cidades romanas. De facto, os teatros constituíam cenários privilegiados de entretenimento e de liturgia propagandística do regime imperial, que serviam para difundir a ideologia romana, recriando, simultaneamente, a ordem social dominante, bem representada na rigorosa distribuição da assistência (Gros, 1990).

A associação registada entre as termas e o teatro, em termos de localização e de cronologia, assim como a sua localização perto do *forum*, parecem, entretanto, sugestivas de uma importante intervenção edilícia, eventualmente relacionada com a revalorização da área central da cidade, num momento em que *Bracara Augusta* deve ter atingido um grande florescimento económico, permitindo que as suas elites se prestigiassem, expressando, através da munificência pública, a sua adesão ao Estado romano (Keay 1993; Gros, 1996).

No mesmo sentido, pode ser interpretada a construção de um anfiteatro, conhecido a partir das referências que lhe são feitas pelos eruditos bracarenses, nos séculos XVII (Cunha, 1634) e XVIII (Argote, 1732-34). Localizado na paróquia de S. Pedro de Maximinos, no sítio da antiga igreja, parte do edifício era ainda visível em meados do século XIX (Morais, 2001).

As descrições dos antiquários e a análise da fotografia aérea, que deixa perceber uma grande estrutura soterrada, situada no eixo da actual R. de S. Sebastião, permitem localizar o anfiteatro e correlacionar o seu alinhamento com o teatro, sugerindo uma articulação visual dos dois edifícios, possível devido à topografia do terreno. Por outro lado, uma vez que ambos representavam arquitecturas de prestígio, através das quais se veiculavam expressivas manifestações da vida pública romana, como eram os



Fig. 5. Perspectiva do teatro: em primeiro plano a *ima cavea*.



Fig. 6. Panorâmica da Fonte do Ídolo.

*ludi scaenici* e os *ludi gladiatorii*, parece admissível que a construção dos dois equipamentos tenha ocorrido em simultâneo, nos inícios do período antonino.

Os dados arqueológicos disponíveis sugerem que a cidade alto-imperial possuía outros edifícios públicos. Entre eles cabe referir a possível existência de umas termas públicas, situadas a nordeste do *forum*, apenas parcialmente escavadas e de um possível mercado, no sítio da Sé Catedral, cujas características originais não puderam ser apuradas, pois foi profundamente remodelado no Baixo-Império. O referido edifício situava-se fora da área planificada da cidade e possuía uma orientação dissonante dos eixos dominantes da cidade (Fontes *et al*, 1997-98).

Testemunho do programa de obras públicas que monumentalizou e embelezou a cidade a partir da época flávia, que atingiu também as áreas periféricas, é a remodelação operada na Fonte do Ídolo pelos descendentes de *Celicus Fronto*, a qual ficou assinalada por uma inscrição que deve ter sido colocada na edícula que emoldurava a escultura, que se supõe representar a deusa *Nabia* (Elena *et al*, 2008).

As escavações realizadas permitiram identificar numerosos vestígios de habitações, das quais se conhecem algumas características dominantes. Uma delas é a reprodução do modelo de casa itálica de *atrium* e peristilo. Outra característica é a presença recorrente de banhos privados nas habitações, logo a partir do século II. Traço dominante da arquitectura privada é também a abundância de pórticos, envolvendo as casas, dando acesso às *tabernae* que se dispunham ao longo das fachadas das habitações.

Pese embora o elevado número de vestígios de habitações identificados até ao momento, em vários locais da cidade, o exemplar mais elucidativo da arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* está representado pela casa das Carvalheiras, a única cuja planta foi integralmente recuperada pelas escavações (Martins, 1997-98).

Situada no sector noroeste da cidade romana, relativamente perto do *forum*, a casa das Carvalheiras foi erguida na época flávia, sofrendo a sua primeira reforma na primeira metade do século II, para instalação de um *balneum*, que ocupou um quadrante da habitação.

O primeiro projecto arquitectónico estruturou uma habitação que ocupa uma área com 1156 m<sup>2</sup> (110 x 120 pés) (Martins, 1997-98; Silva, 2001). Trata-se de uma construção de forma aproximadamente quadrada, dividida em duas áreas funcionais, bem marcadas pelo desnível de cerca de 3 m de altura existente entre a plataforma norte (mais baixa) e a sul (mais alta), resolvido pela construção de um muro interior, aproximadamente a meio da habitação. As duas áreas encontravam-se ligadas por uma escada interior.

A casa das Carvalheiras era servida por duas entradas, uma situada a sul, com acesso directo ao *atrium* e salas envolventes, designadamente um *tablinum* e um *oecus* e outra, a norte, com entrada directa para o peristilo, rodeado por compartimentos com diferentes funções.

A reforma da habitação, realizada na primeira metade do século II, para instalação de um balneário, sacrificou as lojas do quadrante noroeste, bem como os *cubicula* que se localizavam a poente do peristilo.

O balneário possuía uma área útil de 190 m<sup>2</sup>, sendo composto por um conjunto de espaços frios e aquecidos, que formavam um bloco compacto de quatro salas (*apodyterium*, *frigidarium*, *tepidarium* e *caldarium*), servido por duas pequenas áreas de apoio, localizadas a norte, onde se situava o *praefurnium*.

## B - A cidade baixo-imperial

O período correspondente aos finais do século III / inícios do IV representa um momento de grande dinamismo construtivo em *Bracara Augusta*,

certamente articulado com a promoção da cidade a capital da província da *Gallaecia* (Tranoy, 1981). De facto, a arqueologia testemunha numerosas remodelações em quase todos os edifícios públicos e privados, registando-se igualmente significativas transformações na topografia urbana. Estas resultaram sobretudo da fortificação da cidade, que se transformou num espaço fechado, acessível apenas por algumas portas, no interior do qual a construção tende a tornar-se mais compacta.

De facto, o espaço urbano protegido pela muralha tornou-se mais pequeno, muito embora seja certo que algumas construções extra-muros permaneceram habitadas. Por outro lado, regista-se um estreitamento dos eixos viários e o próprio desaparecimento de alguns deles, que, lentamente foram invadidos por construções, processo bem documentado em várias escavações, o mesmo acontecendo com os clássicos pórticos que ainda persistiam nessa época. Este processo, com claros paralelos noutras cidades hispânicas, designadamente em Mérida (Alba Calzado, 2001), é tendencial e prosseguiu nos séculos seguintes.

Outro aspecto que alterou a fisionomia da cidade relaciona-se com a perca progressiva da ortogonalidade dos muros e das construções, que deixam de respeitar a orientação dominante da cidade alto-imperial.

O maior investimento construtivo deste período está representado pela construção de uma poderosa fortificação, com características semelhantes às de Lugo, Astorga e Gijón (Lemos *et al*, 2002; 2007), que se insere no estilo legionário hispânico, com paralelos noutras províncias ocidentais, designadamente na Gália, Germânia e Britânia (Fernández Ochoa, 1997).

A realização de diversas escavações em áreas periféricas da cidade permitiu detectar vários tramos da muralha que permitiram definir o seu traçado, analisar as suas características construtivas e obter elementos sobre a sua cronologia.

Os resultados mais significativos foram obtidos na zona do Fajal (Lemos *et al*, 2007), onde foi identificado um extenso pano da fortificação, cuja vala de fundação forneceu materiais datáveis entre finais do século III / inícios do IV.

A estrutura apresenta uma largura entre os 5 e os 6 m, exibindo um aparelho irregular, resultante de sucessivas reparações. O paramento interno corresponde à face externa de um muro, com uma largura de cerca de 0,90 m. O paramento externo limita o poderoso enchimento da muralha, estruturado em camadas de grandes blocos graníticos transversais, dispostos sobre leitos compostos por pedra miúda, seixos, tijolo partido, argila e areão granítico. Foram ainda descobertos dois torreões semi-circulares, com

um diâmetro aproximado de 3,20 m, cujos alicerces encaixam no solo natural. Um dos torreões revelou um paramento externo em *opus quadratum*.

Em várias intervenções realizadas na parte norte da cidade foram identificados outros tramos da muralha que permitiram confirmar os dados obtidos na zona do Fujacal (Fontes *et al*, 1997-98; Lemos *et al*, 2003). Nos alicerces da antiga Casa do Cabido da Sé, na R. D. Diogo de Sousa, foi possível pôr a descoberto parte da face externa da muralha em *opus quadratum* e os alicerces de um torreão semi circular que revelou uma fiada de pedras da face construída no mesmo aparelho (Lemos *et al*, 2007).

Tendo em conta o carácter homogéneo da obra, tudo aponta para que a muralha tenha sido construída de forma continuada, como projecto único, sendo quase certo que nela foram usados materiais resultantes do desmonte de habitações, mas também de alguns grandes edifícios públicos, como seria o caso do teatro e do anfiteatro.

A par da construção da muralha assiste-se a uma generalizada remodelação das construções, datada dos finais do século III / inícios do IV.

No que respeita aos edifícios públicos merece destaque a profunda reforma realizada nas termas do Alto da Cidade, que transformou a anterior zona quente em zona fria, sendo aberta uma nova área quente na parte poente do edifício. Finalmente, uma última remodelação do balneário, datada de meados do século IV, introduziu pequenas alterações na área aquecida, desafectando a área de serviços norte, que se transformou numa *palaestra*, agora inserida no corpo do edifício, substituindo a anterior que se situava a poente (Martins, 2005).

Os dados disponíveis permitem afirmar que o teatro terá deixado de funcionar entre finais do século III / inícios do IV, altura em que deve ter começado a ser desmontado, talvez para aproveitamento da sua pedra na construção da muralha (Martins *et al*, 2006).

O edifício público que se conhece sob a Sé Catedral, de origem alto imperial, sofreu igualmente uma profunda remodelação, transformando-se numa construção mais ampla, com cobertura sustentada por pilares. Em data que se admite ser posterior ao século IV este edifício foi objecto de uma reforma que lhe conferiu uma planta basilical, possuindo forma rectangular e orientação E/O. Internamente apresenta paredes divisorias e pilares. A morfologia do edifício e os vestígios conhecidos permitem sugerir a sua organização em três naves, formalizando o que se supõe ser a primeira basílica paleocristã da cidade (Fontes *et al*, 1997-98).

Assim, enquanto alguns edifícios públicos são remodelados e / ou adaptados a novas funções, regista-se, também, o definitivo abandono de outros, sobretudo ligados aos espectáculos, como aconteceu com o teatro e, muito provavelmente com o anfiteatro.

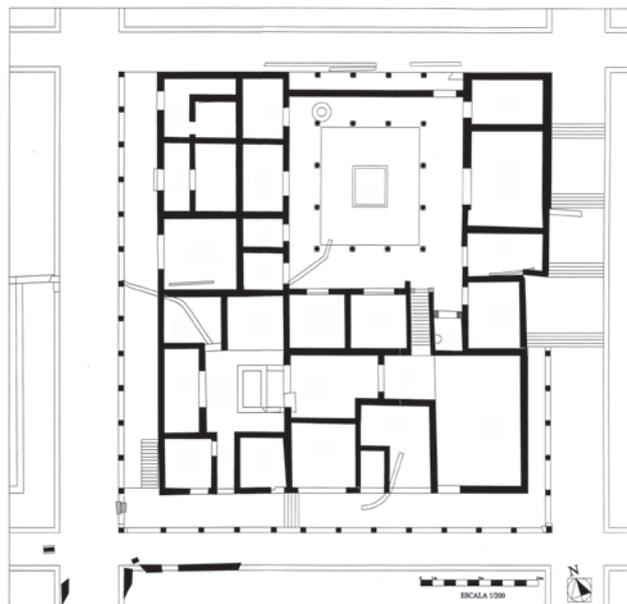


Fig. 7. Planta da casa das Carvalheiras (Fase I).



Fig. 8. Tramo da muralha baixo imperial e do alicerce de um torreão (R. D. Diogo de Sousa).

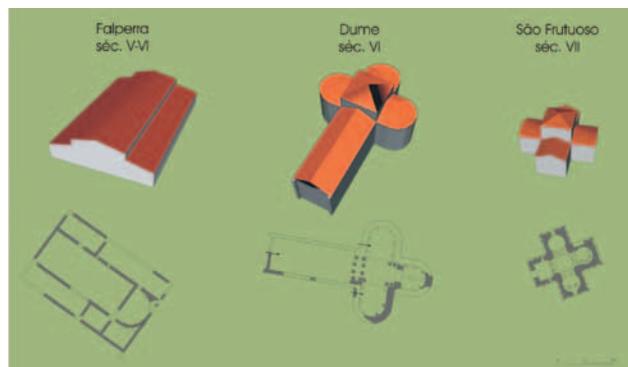


Fig. 9. Plantas e restituições dos templos cristãos da Falperra, São Martinho de Dume e São Frutuoso.

As habitações parecem ter conhecido uma generalizada remodelação, que em muitos casos se traduziu na introdução de balneários e numa substantiva alteração da estrutura das casas que perdem as características dominantes no Alto-Império.

Assim aconteceu com a *domus* das Carvalheiras, cujo sector norte parece ter sido transformado numa área pública, que passou a incluir o balneário e a área situada a nascente, onde os anteriores compartimentos envolventes do peristilo parecem ter sido substituídos por *tabernae*. Apenas a parte sul da casa deve ter conservado a vocação doméstica, sendo de destacar a ocupação e integração do pórtico oeste na construção.

Uma outra reforma do mesmo espaço, datável de meados do século IV, associa-se ao avanço da construção sobre a rua oeste, tendo a rua nascente sido integralmente ocupada por compartimentos da habitação.

Esta tendência generalizada para a ocupação dos anteriores eixos de circulação foi observada em várias escavações, designadamente na Escola Velha da Sé, onde o pórtico nascente da antiga *domus* foi fechado, compartimentado e integrado na casa em finais do século III / inícios do IV. Simultaneamente, a casa foi beneficiada com um *balneum*, datando desta reforma os restos de mosaicos descobertos em corredores e compartimentos, bem como os vestígios mal conservados de estuques que recobrem a parte baixa das paredes do corredor.

Vestígios de mosaicos com uma cronologia baixo-imperial, foram igualmente detectados num tanque central do peristilo da *domus* de Santiago, habitação que parece ter sofrido igualmente uma profunda mudança neste período, tendo passado a incluir um *balneum* (Martins, 2000).

Algumas das remodelações assinaladas nos espaços residenciais parecem revelar um surto de enriquecimento de certas habitações, sugerido por alguns requintes construtivos, como os balneários, ou a utilização generalizada de mosaicos e de estuques, que demonstram que *Bracara Augusta* continuou a ser ocupada por uma elite abastada. Todavia, outras reformas indicam claramente que o espaço ocupado pelas casas anteriores se começa a fragmentar.

A concentração de gente no interior da cidade, agora fortificada, poderá justificar a alteração da dimensão das unidades domésticas, processo que poderá associar-se ao reparcelamento dos quarteirões que podem ter passado a albergar várias habitações de dimensões mais modestas. Por outro lado, a ocupação de anteriores espaços públicos, como ruas e pórticos, parece sugerir, também, uma necessidade de aumentar as áreas de construção, eventualmente para albergar mais gente no espaço intra-muros.

### C - A cidade na Antiguidade Tardia

Fixados na Galécia ocidental a partir de 411, com capital em *Bracara Augusta*, os Suevos conheceram uma história política acidentada, relacionada com as

suas tendências expansionistas e com as retaliações que estas provocaram, mas também com as frequentes lutas internas entre facções rivais. O modo como estes factos influenciaram a vida da cidade não é perceptível no registo arqueológico, que sugere, entretanto, que ela continuou a ser um importante e activo centro urbano durante a Antiguidade Tardia.

Sabemos pelas fontes escritas que a cidade foi saqueada, em 456, por Teodorico II e que após um período de guerra civil, o poder suevo foi reunificado, em 465, por Remismundo. Apesar da omissão das fontes documentais, o período entre finais do século V e cerca de c.550 terá sido de relativa estabilidade, o que terá facilitado a convivência entre as elites suevas e galaico-romanas. No entanto, a arqueologia não documenta directamente tais factos históricos. Na verdade, a vida urbana parece ter seguido o seu percurso normal, ao mesmo tempo que se acentuam as tendências para a alteração da topografia urbana, já assinaladas no século IV, resultantes da desafecção dos anteriores espaços públicos, do estreitamento dos eixos viários, da crescente compactação da construção, mas também de uma progressiva ruralização de alguns sectores intra-muros.

Os meados do século VI assinalam o fortalecimento do reino suevo, sendo frequentes as embaixadas que os soberanos fazem deslocar à corte franca, a Ravena e a Constantinopla. É neste contexto que se verifica uma segunda e definitiva conversão dos Suevos ao catolicismo (c.550) e que chega à região bracarense Martinho, bispo-abade do mosteiro de Dume.

São Martinho de Dume, falecido cerca de 580, foi bispo de Braga, pelo menos a partir de 569 (Maciel, 1980) e metropolitano da Galécia. Coubelhe a estruturação da Igreja Bracarense e a difusão do Cristianismo na região, tendo protagonizado igualmente a reorganização da Igreja no NO peninsular, desenhando uma nova malha territorial e administrativa, que se fixou com a *Divisio Theodomiri*, documento conhecido por 'Paroquial Suevo', que constitui a principal fonte para o conhecimento da organização eclesiástica do reino suevo (David, 1947; Costa, 1965).

Em conjunto com as disposições conciliares bracarenses, o 'Paroquial Suevo' deixa entrever uma organização eclesiástica completamente desenvolvida, com numerosas paróquias e igrejas privadas, no tempo em que São Martinho exerceu o apostolado na metrópole bracarense.

Em 585, Braga é conquistada e o reino suevo anexoado pelos Visigodos, que acabam por fixar a sua capital em Toledo. A cidade perdeu então protagonismo político, mas não religioso, continuando a ser uma importante cidade, conforme é testemunhado pelos vestígios arqueológicos, que documentam a continuidade

da vida urbana e a existência de contactos com o exterior, mas também pelas fontes escritas que revelam a sua importância religiosa e cultural.

É neste quadro que se insere o papel de São Frutuoso, nomeado bispo de Dume, entre 653 e 656 e investido na dignidade de bispo metropolitano de Braga. A ele se deve a fundação de vários mosteiros na região bracarense, com destaque para o que dedicou a São Salvador, no lugar de Montélios, nos subúrbios de Braga, onde mandou edificar também um mausoléu para albergar a sua sepultura, conhecida por Capela de São Frutuoso.

O agitado quadro histórico e político que afectou a região da Galécia entre os séculos V e VIII não parece ter alterado a estrutura de povoamento anterior, assinalando uma significativa diversidade de aglomerados, desde cidades a simples casais, que evidenciam a manutenção do modelo administrativo romano (Garcia Moreno, 1989). Por outro lado, a organização e densidade do povoamento sugerem uma perfeita continuidade de ocupação entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (Costa 1997; López Quiroga 2004; Real 1995; 2000), evidente nos lugares de cunhagem de moedas suevas e visigodas, nos nomes de alguns *pagi* referidos no 'paroquial suevo', na toponímia registada na documentação medieval (Fernandes, 1968; Garcia Moreno, 1998; Guerra, 1999) e nos dados fornecidos pela arqueologia (Isla Frez, 1992; Maciel, 1992; Lopez Quiroga *et al*, 1999a; 1999b). Estes últimos demonstram que o período entre os séculos V-VII conheceu um contínuo labor construtivo, especialmente impulsionado pela Igreja, que se depreende igualmente dos cânones conciliares de Braga, que testemunham a proliferação de novos edifícios de culto (Maciel, 1996).

Os vestígios conhecidos dos templos desse período revelam na sua arquitectura uma surpreendente actualização de modelos construtivos, com influências oriundas da zona adriática, através de percursos continentais, por Ravenna, Milão e Tours e mediterrânicos, pelo Sul Peninsular e pelo Norte de África.

Entre os séculos V e VIII *Bracara Augusta* terá mantido um activo papel económico, expresso nos contactos com as restantes províncias hispânicas, com o Norte de África e com o Mediterrâneo oriental, evidenciados na cerâmica importada, na cunhagem de moeda pelos reis suevos, que imitam as emissões imperiais romanas, nas viagens de galaico-romanos à Palestina e ao Próximo Oriente, ou nas frequentes embaixadas de representantes políticos a Ravenna e à Gália (Fontes, 1999).

Como se verificou noutros núcleos urbanos do mundo romano, Braga não deixou de reflectir a nova 'ordem' veiculada pela afirmação do Cristianismo. Enquanto diocese enquadrava vastas 'paróquias'



Fig. 10. Planta da cidade de Braga nos séculos V-VII.

rurais, onde surgem novas igrejas, construídas de raiz, ou adaptadas de edifícios anteriores.

Os conhecimentos disponíveis sobre a topografia cristã antiga da região bracarense permitem esboçar um quadro bastante semelhante ao que se identifica noutras regiões da Península Ibérica e na Europa além-Pirenéus, que assinala a edificação de templos cristãos na periferia das cidades e dos aglomerados secundários, facto que constitui um expressivo testemunho de um novo ordenamento urbano e da cristianização dos espaços rurais (Costa 1997; David 1947).

No caso da cidade de Braga, verifica-se uma cristianização de antigos espaços e edifícios públicos romanos, de que são exemplo a igreja de São Pedro de Maximinos, nas proximidades do anfiteatro romano, ou a basílica paleo-cristã construída no sítio da actual Catedral, que reaproveita um edifício público anterior (Fontes *et alii*, 1997-98).

Por sua vez, os *suburbia* viram surgir novos pólos de referência cristãos, com a construção de basílicas cemiteriais, como parecem sugerir os vestígios identificados em São Victor e São Lázaro, associados a necrópoles de inumação, ambas junto a vias importantes que saíam de Braga. De um outro *suburbium*, São Vicente, também ele associado à passagem de uma importante via (Via XVIII), provem o mais antigo testemunho epigráfico que indica os dias da semana de acordo com a nomenclatura cristã – o epitáfio de Remisnuera, que morreu no dia 1 de Maio de 618, 'dia de segunda-feira' (Costa, 1997).

É ainda nos arredores de Braga que se constroem dois dos mais importantes mosteiros do NO Peninsular: o de Dume, erguido no século VI, por iniciativa de São Martinho, aproveitando uma *villa* romana pré-existente (Fontes, 1991-92) e o de São Salvador de Montélios, obra do século VII, por iniciativa de São Frutuoso, ambos bispos de Braga e Dume (Fontes, 1992).

Dos séculos V-VI datará a construção de um amplo edifício áulico, com templo paleo-cristão anexo,



Fig. 11. Planta síntese dos vestígios arqueológicos de São Martinho de Dume.

no monte da Falperra, antigo povoado fortificado pré-romano sobranceiro à cidade de Braga. Muito semelhante às instalações palatinas da cidade visigótica de Recópolis, o edifício da Falperra poderá associar-se à residência de um chefe ou rei suevo (Fontes, 1992).

Tal como aconteceu noutras regiões peninsulares, a região bracarense terá sofrido, a partir das primeiras décadas do século VIII, os efeitos da desarticulação militar, religiosa e civil do reino visigodo. Embora as fontes históricas sejam omissas e o registo arqueológico pouco expressivo, relativamente ao período entre os séculos VIII e IX, o novo quadro geopolítico que se desenha no decurso do século X, já vinculado à expansão do reino asturiano e leonês, configura uma realidade histórica completamente nova, apesar de algumas inequívocas heranças do passado, visíveis no povoamento, na toponímia e na permanência de antigas unidades territoriais nos arciprestados eclesiásticos e nas 'terras' da administração civil medievais.

#### IV. Considerações finais

As dezenas de intervenções arqueológicas realizadas em Braga ao longo das últimas três décadas revolucionaram por completo o conhecimento relativo a esta importante cidade do NO peninsular, deficientemente referida nas fontes escritas.

Um dos contributos mais importantes das escavações relaciona-se com o reconhecimento da precoce planificação da cidade, datável da época de Augusto, ocorrida muito provavelmente em simultâneo com a abertura das principais vias que ligaram a cidade ao exterior.

Pese embora a escassez de vestígios construtivos datáveis das primeiras décadas de ocupação da cidade é possível afirmar que arquitectura pública e privada do período flávio-antonino revela uma generalizada conformidade com os padrões técnicos construtivos comuns a qualquer cidade romana. Por sua vez, as construções públicas conhecidas revelam a importância que *Bracara Augusta* terá assumido no contexto do programa de urbanização do NO, iniciado com Augusto e que atinge a máxima expressão nos inícios do século II.

O programa de obras que reorganizou a área a poente do *forum*, que contemplou a construção do complexo termas / teatro, com eventual expressão noutros edifícios ainda não identificados, parece associar-se à importância administrativa e económica que *Bracara Augusta* protagonizou no contexto regional e provincial.

A arqueologia documenta, também, que a cidade se foi transmutando num processo dinâmico, que foi estruturando um tecido urbano permanentemente retocado e adaptado a novas realidades políticas e sociais. De facto, embora fragmentárias e descontínuas são evidentes as transformações que afectaram a cidade ao longo da sua ocupação, com destaque para as alterações topográficas decorrentes da construção da muralha baixo-imperial e da adopção do Cristianismo.

Ao longo da Antiguidade Tardia, para além das mudanças registadas intra-muros são perceptíveis as que afectam a periferia da cidade, na qual surgem basílicas cemiteriais, ou ao longo das vias que ligam a cidade ao exterior, ou em antigos espaços públicos romanos. É também na área envolvente da cidade que estão documentados alguns dos exemplares mais importantes de arquitectura paleocristã datáveis dos séculos VI/VII.

## Bibliografia

---

- ALARCÃO, J. de, 1988. *Roman Portugal*. Warminster : Aries & Philips Ltd.
- ALBA CALZADO, M. A. 2001. Características del viario urbano de Emerita entre los siglos I y VIII. In *Mérida, Excavaciones arqueológicas, 2001*, vol 5, p. 371-396.
- AMARAL, L. C. 2007. *As moedas das Carvalheiras*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas. Braga: UAUM/NARQ.
- ARGOTE, J. C. 1734. *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*. Lisboa, 1732/.
- ALFÖLDY, G. 1966. Um "cursus" senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, LXXVI, n.ºs 1-2, p. 363-372.
- CARVALHO, H. 2008. *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarenensis*. Braga: Universidade do Minho. Exemplar policopiado.
- COSTA, A. de J. da 1997. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. vol. I, (2.ª ed.), Braga.
- CUNHA, R. da, 1634. *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Braga.
- CRUZ, M. 2001. *Vidros romanos de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho. Exemplar policopiado.
- DAVID, P. 1947. *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*. Lisboa / Paris.
- DELAINE, J. 1999b. Benefactions and urban renewal: baths buildings in Roman Italy, Em DELAINE, J. *et al.* (Eds), *Roman Baths and Bathing, Proceedings of the First International Conference on Roman Baths*, (Bath 1992), Portsmouth, R.I.: Journal of Roman Archaeology, p. 67-74.
- DOPICO CAINZOS, M. D. 1986. Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerion*, 4, 265-283.
- DOPICO CAINZOS, M. D. 1988. *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*. Vitoria.
- ELENA, G. A. *et al.* 2008. *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 4. Braga: UAUM/NARQ.
- FERNANDES, A. de A. 1968. *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arquivo do Alto Minho, vols. XIV, XV e XVI - IV, V e VI, Viana do Castelo.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. 1997. *La muralla romana de Gijón (Asturias)*. Madrid.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. *et al.* 1999. *La tierra de los astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturia*, Gijón: Ed. Trea, S.L.

- FERNÁNDEZ OCHOA, C. *et al.* 2000. Grandes conjuntos termas públicos en Hispânia. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. *et al.* (eds.) *Actas do colóquio Internacional Termas romanas en el Occidente del Império* (Gijón 1999), Série Património, 5, Gijón: Vtp editorial, p. 59-72.
- FONTES, L. *et al.* 1998. "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, 1997-, p. 137-164.
- FONTES, L. 1992. Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, 8-9, 1991-, p. 199-230.
- FONTES, L. 1992. O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, En *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina* (Ravenna, 6-12 Aprile 1992), Ravenna, p. 217-248.
- FONTES, L. 1999. O reino Suevo e o papel da Igreja na organização do território, Em SOUTO GONZÁLEZ, X. M. (Coord), *A História no Eixo Atlântico*, Vigo, p.131-143.
- GARCÍA MORENO, L. 1989. *Historia de Hispânia Visigoda*. Madrid.
- GARCÍA MORENO, L. 1998. *Civitates e Castela durante la época suevogótica en el noroeste de las Españas. Los Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico*, II, Lugo, p.1347-1366.
- GUERRA, A. 1999. Nomes de cecas visigodas no noroeste peninsular e toponímia pré-romana. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*, Anejos de *AEspA*, vol. XX, Madrid, p. 423-432.
- GROS, P. 1990. Théâtre et culte imperial en Gaule Narbonnaise et dans la péninsule ibérique, Em TRILLMICH, Walter et ZANKER Paul (Eds). *Stadt und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit* (Madrid 1988), Munique, p. 381-390.
- GROS, P. 1996. *L'Architecture Romaine du début du IIIe siècle av. J.C. à la fin du Haut-Empire, 1. Les Monuments Publics*. Col. Manuels d'Art et d'Archéologie Antiques. Paris: Picard éditeur.
- ISLA FREZ, A. 1992. *La Sociedad Gallega en la Alta Edad Media*. Madrid.
- KEAY, S. 1993. Towns in the Roman world: economic centres or cultural symbols? Em *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, 1, Tarragona, p. 253-259.
- LE ROUX, P. 1975. Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*). *Bracara Augusta*, p. 155-157.
- LE ROUX, P. 1994. *Bracara Augusta: ville latine. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34, p. 229-241.
- LE ROUX, P. 1995. *Romains d'Espagne: cites e politique dans les Provinces: I siècle av. J.-C. – III siècle ap. J.-C.* Paris: Armand Colin.
- LE ROUX, P. 1996. Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el alto imperio, *Géron*, 14, p. 363-379.
- LEMOS, F. S. 2002. *Bracara Augusta – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular*, *Forum*, 31, Braga, p. 95-127.
- LEMOS, F. S. *et al.* 2000. Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, p. 15-38.
- LEMOS, F. S. *et al.* 2002. A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga. In *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica (500-1500)*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela / IPPAR.
- LEMOS, F. S. *et al.* 2003. Projecto de Estudo e Salvamento de *Bracara Augusta*. Intervenções arqueológicas na Cerca do Seminário de Santiago e no imóvel 67/75 da Rua Paio Mendes. In *Actas do IV Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (2000)*, Amadora, p. 117 -125.
- LEMOS, F. S. *et al.* 2007. A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*, RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e RODÁ DE LLANZA, I. (Eds.). *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*. Lugo, p. 329-341.

- LÓPEZ QUIROGA, J. 2004. *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. La Coruña.
- LÓPEZ QUIROGA, J. et al. 1999. Cecas e hallazgos monetários de época suevo-visigoda. Civitates y Vias de comunicación en el noroeste de la Península Ibérica, Em *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*, Anejos de AEspA, 20, p. 433-439.
- LÓPEZ QUIROGA, J. et al. 1999b. L'habitat dispersé da la Galice et du Nord du Portugal entre le V<sup>e</sup> et le X<sup>e</sup> siècle. Essai d'interprétation à partir de l'analyse macro et microrégionale. In *L'habitat dispersé dans l'Europe médiévale et moderne*, Toulouse, p. 97-119.
- MACIEL, J. 1980. O "De Correctione Rusticorum" de São Martinho de Dume, *Bracara Augusta*, 34, Braga.
- MACIEL, J. 1992. Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico, Em *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, (Ravenna, 6-12 Aprile 1992), Ravenna, p. 435-495.
- MACIEL, J. 1996. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa.
- MAR, R. 2000. Las termas imperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen et al. (Eds.) *Actas do colóquio Internacional Termas romanas en el Occidente del Império*, Série Património, 5, Gijón: Vtp editorial, p. 15-21.
- MARTINS, M. 2000. *Bracara Augusta cidade romana*. Braga: UAUM.
- MARTINS, M. 2004. Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In RUIZ DE ARBULO, J. (Ed.). *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (Tarragona 2002), Tarragona, p.149-173.
- MARTINS, M. 2005. *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 1. Braga: UAUM / Narq.
- MARTINS, M. et al. 1990. As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, 1989-, II, 6/7, p. 41-186.
- MARTINS, M. et al. 2006. A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*. *Forum*, 40, p. 9-30.
- MORAIS, R. M. L. 1998. Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia*, 1997-, 14/15, p. 47-136
- MORAIS, R. M. L. 1998. *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 8, Braga: UAUM.
- MORAIS, R. M. L. 2001. Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, 30, p. 55-76.
- MORAIS, R. M. L. 2005. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2. Braga: UAUM / Narq.
- NIELSEN, I. 1990. *Thermae et Balnea. The Architecture and Cultural History of Roman Public Baths*. Aarhus.
- REAL, M. L. 1995. Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular, *Actas IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, p.17-68.
- REAL, M. L. 2000. Portugal: cultura visigoda e cultura moçarabe, Em *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media*, Anejos de AEspA, vol. XXIII, Madrid, p.21-75.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. 1996. Integración administrativa del Noroeste peninsular en las estructuras romanas, RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (Coord.) *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*. A Coruña p. 265-299.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. 1996b. La Tabula hospitalitatis de la civitas Lougeiorum. Documento genuino o falsificación?, RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (Coord.) *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, A Coruña, p. 301-315.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. *et al.* 1999. *Lucus Augusti*, Capital romana del finisterre hispánico. In *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto: Escola Profissional de Arqueologia/IPPAR, p.115-132.

SEVILLANO FUERTES, Á. *et al.* 2002. *Urbs Magnífica. Una aproximación a la Arqueología de Asturica Augusta Astorga, León. Museo Romano. (Guía-Catálogo)*. Astorga: Ayuntamiento de Astorga.

SILVA, R. C. 2000. *A Insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura Privada em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho. Exemplar policopiado.

TRANOY, A. 1980. Religion et Societé à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire romain. *I Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 3. Guimarães, p. 67-83.

TRANOY, A. 1981. *La Galice romaine. Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion du Bocard.

TRANOY, A. *et al.* 1990. As necrópoles romanas de *Bracara Augusta* – Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 1989-, 6-7, p. 183-230.

ZABALETA ESTÉVEZ, M. del M. 2000. Hallazgos Numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI. Porto: Adecap, 2000, p. 395-399.